

REFORMA CULTURAL OU FALÊNCIA DA JUSTIÇA

HUMBERTO GOMES DE BARROS

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Dizer que a Justiça no Brasil não funciona tornou-se lugar comum. Desde a Colônia, os processos eternizam-se. A solução das pendências é, sempre, transferida para as calendas gregas. A Justiça é lenta e ineficiente.

Com a globalização e o neoliberalismo, a modorra da Justiça brasileira integrou-se aos fatores deletérios do "custo Brasil", a impedir que o capital estrangeiro se fixe em nosso país. Existe quase um consenso no sentido de imputar ao Poder Judiciário a causa de todo o mal. Lento, insensível, formal, preguiçoso, desatento, corrupto, o Judiciário estaria a necessitar de severos ajustes e reprimendas.

Se há concordância quanto à etiologia, a terapêutica divide os interessados, que se agrupam em correntes, a saber: os processualistas entendem que o mal pode ser corrigido por meio de ajustes nas regras de procedimento; já os estruturalistas dizem que o Judiciário padece de má-formação e deve ser ajustado. Reclama, assim, profunda reforma constitucional; de outra parte, os disciplinadores entendem que a preguiça e a corrupção constituem os pecados capitais do Judiciário e recomendam o emprego de intimidações e castigos (inquéritos e controle externo). O método processualista tem sido aplicado ao longo dos últimos anos. Por efeito desta linha de terapia, criaram-se os juizados de pequenas causas (hoje denominados "de causas especiais") e simplificou-se o rito de alguns recursos. Os resultados, contudo, foram insignificantes. O fracasso da terapia processualista parece ter despertado o Poder Legislativo, tanto que as duas Câmaras de nosso Parlamento lançaram mãos à obra.

O Senado, de chicote e palmatória, instalou nova inquisição. Montou um sistema "disque-denúncia" e promete efetuar operação limpeza nas entranhas do Terceiro Poder. Qual um profeta anunciando o dilúvio, o presidente da Câmara Alta proclamou: "Salvar-se-á apenas o Supremo Tribunal Federal". A Câmara dos Deputados adotou o estruturalismo, retomando, com pompa e circunstância, o projeto de alteração radical no Poder Judiciário.

Os homens de boa-vontade enchem-se de esperança, na certeza de que terão paz na terra e de que a Justiça lhes chegará com a rapidez de pizza encomendada pelo telefone.

Calejado em trinta anos de advocacia e oito de magistratura, eu me preocupo. Tenho medo de que tanto a inquisição senatorial quanto a operação-remonte prometida pelos deputados acabem tão inúteis quanto o galope do gaúcho de Ascenso Ferreira. É que as duas casas Legislativas enxergam no Judiciário a raiz de todo o mal. Não percebem a existência de uma causa latente, a comprometer qualquer esforço de aprimoramento da Justiça: a deformação cultural que nos persegue ao longo da história e se acentuou nos últimos anos.

Como se sabe, o Poder Judiciário exerce uma das atividades essenciais do Estado: a função jurisdicional, pela qual o Estado resolve litígios, substituindo a vontade de um dos contendores, para satisfazer a pretensão da outra parte. Por uma questão de segurança, o derrotado no embate judicial pode recorrer em busca de outra decisão. Exaurido o duplo grau de jurisdição, impõe-se ao perdedor cumprir o dispositivo judicial, adotando como sua a vontade do Estado. As instâncias extravagantes (STF, STJ, TST) deveriam atuar somente como unificadoras da jurisprudência a ser observada nos tribunais regionais. Normalmente, as cortes superiores deveriam ser acionadas apenas em raros casos especiais ou extraordinários. Bem por isso, a Corte Suprema norte-

americana (correspondente ao nosso STF) julga cerca de 500 processos em cada ano.

No Brasil, entretanto, ninguém se conforma com a sentença, nem com o acórdão do tribunal estadual ou regional. Todos querem ir "ao Supremo". Um banal acidente de trânsito costuma gerar processo judicial, cujo fim somente vai acontecer após duas decisões do Superior Tribunal de Justiça e quatro outras do Supremo Tribunal Federal. Normalmente, o perdedor aciona os tribunais superiores sem qualquer esperança de vitória. Move-se pelo interesse de ganhar tempo e adiar o cumprimento de sua obrigação. Faz assim, porque a utilização abusiva de recursos que deveriam ser excepcionais não acarreta qualquer ônus para o devedor recalcitrante. A derrota em todos esses recursos em nada altera a condenação imposta em primeira instância. Pelo contrário, enquanto utiliza sem cerimônia o aparelho Judiciário, o recalcitrante paga, apenas, juros de 6% (seis por cento!) ao ano - verdadeiro negócio da China.

Nem se pense que semelhante atitude merece repúdio. Pelo contrário, o Estado a encara como procedimento normal - tanto que obriga seus advogados a recorrerem, de qualquer forma. Por ser vantajosa, a eternização dos processos gerou outra deformação cultural: no Brasil, ninguém cumpre sentença condenatória. Todos aguardam a execução. Para o Estado, o descumprimento da condenação chega a ser compulsório. A Constituição Federal, no Art. 100, impede o Estado de fazer aquilo que, no mundo inteiro, se exige dos cidadãos de boa-fé: pagar espontaneamente a dívida resultante de condenação. Administrador que paga espontaneamente condenação judicial recebe, logo, a pecha de prevaricador. Assim, quem quiser que o Estado cumpra sentença judicial tem que voltar ao juiz e propor ação executiva.

Ora, resistir à ordem judicial é ato ilícito. Países desenvolvidos, como a Alemanha, desconhecem a existência de execução contra o Estado: lá o Estado não se expõe ao vexame da execução.

No entanto, os economistas do Governo, avaliando o tema sob o enfoque do custo-benefício, passaram a retirar da execução enorme proveito. É que a cobrança executiva constitui novo processo, capaz de durar uma vida inteira. Há cobranças em que proprietários expropriados tentam receber indenização por desapropriações consumadas há mais de cinquenta anos.

Atrasar o pagamento de dívidas, com juros de seis por cento ao ano é um grande negócio. Por isto, o Judiciário tornou-se o mais eficiente e barato instrumento para rolagem da dívida estatal. Fiada no Judiciário, a União passou a lançar tributos manifestamente inconstitucionais e - em lugar de devolver as exações indevidas - forçou os incautos por eles atingidos a mover ações de cobrança, cujos processos, após longos passeios pelas cortes de Brasília, terminam encaalhados nas filas de precatórios. A maior parte dos empréstimos compulsórios lançados no Governo Sarney (em 1986) ainda não foi devolvida. Se o Poder Judiciário adota providência capaz de abreviar a via dolorosa dos credores, o Executivo reage, lançando medidas provisórias, reconduzindo os processos a vias escusas e lentas. À prepotência do Executivo corresponde a impotência do Judiciário: ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos da América, aqui no Brasil, funcionário público que desobedece decisão judicial não se expõe a punição.

Inspirados no exemplo oficial, os cidadãos brasileiros descobriram as vantagens do Poder Judiciário como instrumento para rolagem de dívidas. O Brasil transformou-se em nação de demandistas, especialistas em alongar processos. Entre nós, somente assalariados e otários pagam impostos, as leis apenas obrigam quando atendem a nossos interesses imediatos. A violência transformou-se em único instrumento eficaz para a satisfação dos direitos. A persistir esta situação, nada se alterará com a reforma judicial.

Há uma série de medidas simples, cuja adoção poderia catalisar a reforma cultural necessária ao resgate da Justiça. A título de exemplo, lembro a possibilidade de fazer com que o devedor em atraso no pagamento de condenações judiciais pague juros reais a seu credor. Outra medida eficaz seria impor aos sucumbentes, a cada recurso desprovido, condenações suplementares. É fundamental a punição dos agentes administrativos que desobedecerem a ordem judicial. Se adotássemos essas e outras providências semelhantes, poderíamos livrar o Poder Judiciário do leito de Procusto em que o colocamos.

De qualquer modo, enquanto perdurar a cultura demandista (liderada pelo Estado), pouco valerá o espírito reformista dos deputados, muito menos adiantará o rebenque senatorial.